



CÂMARA DOS DEP

Apense-se ao PL 2571/00. (Art. 24, II)

Em 31/03/00

PRESIDENTE

Projeto de lei nº 2619/00

“Cria o Selo de Segurança GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) dá outras providências”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A criação do “Selo de Segurança GLP” (Gás Liquefeito de Petróleo) a ser fixado nos botijões de gás, dar-se-á nos termos desta lei.

Art. 2º - Os estabelecimentos industriais que fabricam, engarrafam e fornecem, no atacado e varejo. O gás liquefeito de petróleo, ficam obrigados a submeter-se à fixação do “Selo de Segurança GLP” em seus produtos.

Art. 3º - Os botijões que armazenam o gás liqüefeito de petróleo devem atender a normas de segurança definidas pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parágrafo único: a comprovação de que as normas, a que se refere o “caput” deste artigo são observadas, autorizando a fixação do “Selo de Segurança GLP”, nos botijões de todos os tamanhos, devendo conter as seguintes informações:

segurança dos botijões;

I – data da revisão das condições de

II – data de engarrafamento do produto;

III – prazo de validade;



IV – informações sobre assistência técnica;

V – dados do engarrafador;

VI – informações básicas de segurança.

Art. 4º - Os estabelecimentos comerciais de gás liqüefeito de petróleo devem verificar a existência do “Selo de Segurança GLP” nos produtos fornecidos pelas indústrias, antes de repassar ao consumidor.

Art. 5º - Os produtos que não se enquadrarem no disposto desta lei ficam sujeitos à apreensão.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber para efetivar a sua aplicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Selo de Segurança proposto, contendo diversas informações ao usuário, tem o objetivo de tornar acessível ao comprador informações básicas de segurança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Além da preocupação do legislador ao propor tal projeto de lei, dá-se aos freqüentes acidentes que os recipientes de GLP causam. A inobservância da indústria engarrafadora com a qualidade dos botijões tem rendido muitas matérias na imprensa nacional. Por ser um produto altamente perigoso, o GLP deve ser tratado como tal.

O “selo” também terá papel inibidor para o caso de falsificações. Não é de hoje que somos surpreendidos com a apreensão de material (GLP) engarrafado de forma clandestina. Nesse sentido é imperioso a adoção de controles mais rígidos.

Sala das Sessões em 21/03/2000.


ENIO BACCI – PDT/RS.

21/03/00